

anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793



DO BRASIL PARA GOIÁS: O BATISMO CULTURAL COMO UMA RETÓRICA DE INTEGRAÇÃO À MARCHA PARA O OESTE

*FOR GOIÂNIA TO BRASIL: THE CULTURAL BAPTISM AS A RETHORIC OF
INTEGRATION*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10731862>
Envio: 11/11/2023 ♦ Aceite: 21/12/2023



Eliezer Cardoso de Oliveira

Doutor em Sociologia pela UnB. Professor da
UEG. E-mail: ezi2006@gmail.com



Marcos Vinicius Alonso Pires

Graduando em História pela UEG/Anápolis.
Bolsista de iniciação científica pelo CNPq. Email:
marcosvialonso@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com muita mágoa escreve o jornalista Pimenta Netto na apresentação dos *Anais sobre o Batismo Cultural*¹, única obra testemunha que descreve os eventos da Inauguração de Goiânia: “sentia imensa e justa tristeza pelo esquecimento de outra data, 5 de julho” (NETTO, 1993, p. 5). Outra data em relação ao 24 de outubro, dia do lançamento da Pedra Fundamental e que ficou oficializada como o aniversário da cidade. Algo que em sua opinião não parece justo, tampouco comparar-se a força real do evento que vivenciou. O dia em que, como escreve, a nova cidade “se projetou no cenário nacional”, integrando o antigo mundo provinciano e “trazendo para conhecê-la os maiores expoentes da administração federal”, “as mais representativas figuras da intelectualidade nacional”, “delegados de todos os demais Estados da Federação” (p. 5).

Há um evidente e até natural exagero na adjetivação de Pimenta Netto quanto ao impacto do Batismo Cultural de Goiânia; todavia existe também alguma justificativa para o seu ressentimento. De fato, desconsiderar o impacto da efeméride na história de Goiânia equivaleria negar-se a sua materialidade, a seus feitos. Um deles, o *Cineteatro Goiânia*, construído para ser o palco principal dos eventos, se encontra em funcionamento até os dias de hoje sendo testemunha do esforço da administração de Pedro Ludovico para inauguração oficial da nova capital de Goiás. Como escreve Bosi: “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade” (2004, p. 439), então, nesse sentido, realmente não seria “justo” esquecer o Batismo.

Mas há um problema. Quando publica o seu livro em 1969, nessas injunções que parecem tentar recuperar uma “glória perdida”, Pimenta Netto demonstra um entendimento muito mecânico dos fatos históricos. Como se para permanência/existência de algo na história fosse apenas uma questão de “recolocá-lo”. O que é equivocadamente na percepção da historiografia de hoje não só pois desconsidera que para isso haveria uma causa a ser elucidada, como também, numa perspectiva mais atualizada, conforme notáveis ensinamentos de Nietzsche (2017) e mais contemporaneamente Ricoeur (2007), o esquecimento também integraria parte do que seria história ou memória.

Nesse sentido, essa recusa em aceitar o suposto esquecimento do significado de 5 de julho é sinal de que, talvez, a força da data em/para Goiânia não fosse tal como se tentara apregoar. Nesse sentido, o presente artigo justamente visa debruçar-se. O esquecimento da efeméride na memória coletiva goiana, que é justificável, também se reproduziu na historiografia acadêmica, o que é por sua vez injustificável. Além do opúsculo de Pimenta Netto (1993), Ubirajara Galli (2022) lançou em 2007 o livro *A História do Batismo Cultural de Goiânia*, um estudo muito bem fundamentado em termos de fontes, mas que reproduz, em

RESUMO: Nascida em meio a embates discursivos, o empreendimento inicial da construção da nova capital de Goiás, Goiânia (1933), mais que um mero fato, foi uma experiência de retórica. Nove anos depois, a efeméride que pretendia inaugurá-la, lançando “a capital ao mundo”, não escapa desse embate. Este presente artigo pretende tratar do Batismo Cultural de Goiânia (1942) enquanto evento real oponível a representação. Sobretudo avaliar a imagem e percepção externa presente em notícias e matérias jornalísticas de outros estados do País. Nesse sentido o artigo trama agir criticamente, demonstrando como na verdade o evento, em dimensões reais, não muito extrapolou a estrita esfera regional, e, na verdade, foi um evento apropriado pela “Marcha para o Oeste”, as forças políticas do IBGE e o modelo propagandista varguista.

PALAVRAS-CHAVE: Goiânia, Batismo Cultural, Efemérides, Marcha para o Oeste, Era Vargas.

ABSTRACT: Born amid discursive clashes, the initial undertaking of building the new capital of Goiás, Goiânia (1933), more than a mere fact, was an experience of rhetoric. Nine years later, the celebration that intended to inaugurate it, launching “the capital to the world”, does not escape this clash. This present article intends to deal with the cultural baptism of Goiania (1942) as a real event that can be opposed to representation. The main aim is to evaluate the external image and perception, which served as an indicator for news and journalistic articles from other states in the country. In this sense, the article intends to act critically, demonstrating how the event, in real dimensions, did not go far beyond the strict regional sphere, and, in fact, was an event appropriated by the “March to the West”, the political forces of IBGE and the propagandist model of the Vargas regime.

KEYWORDS: Goiânia, Cultural Baptism, Ephemerides, Running to the West, Vargas Era.

¹ Os *Anais* foram inicialmente publicados em 1969, sob a prefeitura (de Goiânia) de Íris Rezende. A obra foi reeditada pela prefeitura municipal em 1993 quando dos 60 anos da cidade.

Interessante notar que em 1993 Íris Rezende se encontrava como Governador do Estado. Foi esta última versão usada para o presente artigo.

linhas gerais, a perspectiva de Pimenta Netto². Já na historiografia acadêmica, vê-se uma ausência de teses e artigos sobre a solenidade de inauguração de Goiânia. Aqui busca-se exatamente essa lacuna

Há, inequivocadamente, no ato solene de inauguração da cidade, uma perspectiva própria de culturalidade. Além dos marcos materiais e arquitetônicos, existe a perspectiva simbólica de um novo tempo intelectual. Sobretudo sintetizado na fundação da Revista Oeste, cujo lançamento foi uma das atividades essenciais do Batismo Cultural. A revista, que circulou até 1945, agregava intelectuais importantes como Bernardo Élis e Colemar Natal e Silva, e difundiu praticamente os mesmos ideais do evento inaugural.

Entretanto há um problema fundamental em sua representação. O Batismo foi retratado, no meio regional goiano, como um grande evento ovacionado por todo o Brasil. O prefeito de Goiânia, na época, Venerando de Freitas, adjetivou a solenidade como aquilo que apresentou Goiânia ao Brasil, já que contou com a “presença das mais lídimas e expressivas figuras do mundo político-cultural” (In TELES, 2012, p. 256). Não aparenta um exagero? O próprio conteúdo se mostra eunuco, uma vez que o prefeito não dá provas, além do argumento de autoridade, de tal magnitude. O que leva a pensar, sem muita reflexão, sobre a possibilidade oposta: a de fracasso. Mas esse também não é necessariamente o caminho

Afirmar que a Inauguração de Goiânia foi um fracasso é tanto injustificado. O termo fracasso é ruim, pois lhe precede um referencial comparativo: precisar-se-ia ter uma régua do que seria “sucesso”. Por isso, a abordagem desse artigo não é meramente desconstrutiva e, assim, não opta pelo “fracasso”, ou pelo “sucesso”, como duas únicas alternativas ambivalentes de abordagem. Como solução, o que se pretende mostrar nas páginas a seguir é na verdade o que Batismo Cultural *não foi primariamente*: um evento de “apresentação de Goiânia ao Brasil”, como retratado em sua crônica. Em realidade, *o Batismo Cultural serviu mais para integrar Goiânia e Goiás ao plano geopolítico do Estado de Novo de Vargas, a Marcha para o Oeste, como também para apresentá-la, como propaganda deste plano, ao Brasil*. O que se percebe, para além da discursividade, na força e influência no evento do recém fundado IBGE, órgão nascituro justamente desse esforço governamental. Isto implica então que tanto a lógica de um sucesso atrativo, usada retoricamente por aqueles que escreveram sobre o Batismo, como a negação de sua importância, são abordagens parciais e não apreendem o seu significado essencial. Porque o ponto problemático não está na definição de sua magnitude, mas sim na definição *do que foi*.

² Ubirajara Galli aceita a tese da grandeza do Batismo Cultural de Goiânia, considerando-o “a maior de todas as festas” (cap. 1), sendo que da qual participaram inúmeras personalidades de destaques (cap. 2).

Nesse intuito, para escapar ao máximo da discursividade regionalista, como princípio metodológico, foram utilizadas matérias e notícias sobre o Batismo Cultural de Goiânia em fontes jornalísticas publicadas em outros estados do País³. Fontes essas que, dentro desse propósito, não podem ser analisadas friamente. Além da contextualização crítica que cabe a todo historiador e em quase qualquer situação, o presente objeto necessita principalmente uma análise da retórica empregada nas notícias. Através deste dupla preocupação (com a origem das fontes e com sua estrutura narrativa), almeja-se escapar as opções simplistas de rotulação — tanto a afirmação *per se*, como a negação total. Mas dentro de uma perspectiva crítica, principalmente, não recair na mera reprodução das fontes — que exalta por si mesmo, sem reflexão.

O Batismo Cultural de 1942 pode parecer um evento deslocado e irrisório, e talvez o seja enquanto ato, entretanto sua representação desvela muita coisa. É preciso, então, dimensionar uma saída crítica possível da representação do evento, em sua esfera mais imediata que é da importância: afinal foi ou não o grande evento enunciado pelos seus signatários? E se não, como dimensionar o que foi, o que fracassou, o que pretendia?

O DISCURSO E A REPRESENTAÇÃO DO BATISMO

O batismo cultural de Goiânia aconteceu entre o dia 1º e 11 de julho de 1942. Encerrava o empreendimento provavelmente mais longo e penoso da construção de uma capital planejada. Belo Horizonte que nascerá de trama semelhante — advento de uma nova era política (a República) e a superação de uma capital velha e desfavorável — tinha levado apenas quatro anos, desde escolha do local e início da construção em 1893, até sua inauguração em 1897. A metade dos nove anos do empreendimento goiano, que, desde o lançamento da pedra fundamental em 24 de outubro de 1933, parecia andar em marcha ré.

Mas a dificuldade da jornada parece, na representação final, aumentar o peso da comemoração. Usando a terminologia de Hayden White (1995), pode-se dizer que a narrativa de Goiânia, como *mito fundador*, possui um enredo épico: sob o signo do herói, que muitas vezes se encontra na figura de Pedro Ludovico, consegue-se evitar a tragédia, e tudo dá certo no final. Com efeito, o Batismo, como o fim da jornada, tem um aspecto libertador. Houve dor, mas agora há festas.

Tal enredo heróico ganha mais potência ainda se analisado o contexto à época. A história de Goiás, depois do período do ciclo do ouro, áureo tanto literal como socio-politicamente, esteve presa em sua outra face: a decadência⁴. Goiânia

³ Para a construção desse artigo foi usada a Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Os seguintes estados tinham jornais com notícias da efeméride: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, Piauí e Paraná.

⁴ Sobre a historiografia decadentista, numa perspectiva resumida, ver o texto de Fernando Lobo Lemes (2015, p. 169-218).

representa assim a corda libertadora para Goiás sair do atraso secular. Nesse sentido escreve Venerando de Freitas Borges, primeiro prefeito da capital:

É de Cícero este lapidar conceito: “a história é testemunha dos tempos e da verdade”. Nela, com relevo, se inscreve Goiânia — testemunha que é dos tempos que transformaram a fisionomia sociopolítica-econômica do extenso território adormecido por mais de dois séculos, cujo centro de decisões permaneceu no marasmo total, na apatia sonolenta do conformismo e incapaz de sustentar o cetro de comando (FREITAS in TELES, 2012, p. 253).

A referência ao grande orador romano não é ocasional. Entre Roma e Goiânia há pouca coisa em comum, mas o arquétipo mítico que faz a primeira parece se reproduzir na segunda. O heroísmo, a bravura belicosa e o estranho republicanismo em conjunto, são componentes comuns que atrelariam os dois enredos. Pedro Ludovico é construído como um herói (SOUZA, 2015), usuário da força e coragem, o que remonta a uma tradição bem mais antiga que si próprio. Nesse sentido não seria dificultoso comparar, por exemplo, Rômulo, o famoso fundador de cidades do mundo antigo, com Pedro Ludovico, “o desbravador do Sertão”.

Contudo, Dom Aquino Corrêa, na missa campal do 5 de julho, data oficial da inauguração, escolhe uma analogia mais próxima as tradições brasileiras:

Estamos aqui, portanto, comemorando uma significativa e fulgida etapa dessa *Marcha para o Oeste* [grifo nosso] que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros, na pessoa de do Interventor Pedro Ludovico [...]. Fazendo jus, nos fastos de nossa nobiliarquia histórica, ao honroso título de “terceiro anhanguera” (CORRÊA In NETTO, 1993, p. 35).

O “Terceiro anhanguera”. Se é herói, D. Aquino o chama de bandeirante, uma forma especialmente conjuntural de se perceber o conceito. O curioso revival de digamos um *mito bandeirante*, junto da *Marcha para o Oeste* e ambos atrelados ao Batismo de Goiânia, é inclusive um paradoxo bastante interessante. Como demonstram Arrais e Sandes (2013), a historiografia do século XIX em Goiás, dentro da perspectiva decadentista, era marcada sobretudo por uma mágoa latente à administração colonial. Ela, a “metrópole”, teria então “rapinado” a interior capitania aurífera, sem sequer desenvolver alguma infraestrutura decente. Essa visão anticolonialista não cessa na historiografia do começo do século XX, o que torna estranho o atrelamento entre o tempo do bandeirantismo e o tempo da *Marcha para o Oeste*, como o faz D. Aquino. Contudo, é facilmente explicável pelos interesses identitários dentro de um revisionismo proposto pela historiografia paulista do começo do século XX. No contexto do Batismo, a valorização simbólica dos bandeirantes acaba se

⁵ A valorização do bandeirante foi um empreendimento comum de vários setores da intelectualidade paulista, destacando-se a atuação do Museu do Ipiranga, quando dirigido por Afonso de Taunay (1917- 1946) (ANHEZINI, 2018, p. 147-169).

mostrando um bom negócio tanto para as forças nacionais, com o projeto de *Marcha*, quanto para as regionais.

Essa conveniência, inclusive, é captada conscientemente pelo Governo Estadual e órgãos de imprensa quando da organização da efeméride. É noticiado pelo *Correio de Uberlândia* (UMA HOMENAGEM [...], 1942, p. 3) que se pretendia homenagear, para a data, o sertanista Hermano Ribeiro, responsável pela “Bandeira Anhanguera”. A Bandeira Anhanguera de 1937 é um interessante episódio pouco explorado pela historiografia. Tentando reproduzir os passos da Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o sertanista pretendia, saindo de São Paulo, chegar até a serra do roncador em Mato Grosso, mas ele acaba por morrer às margens do Araguaia e é enterrado em Leopoldina (GO) (MELLO, 2020). O plano do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda era de realizar o traslado dos restos mortais de Leopoldina para enterrá-lo junto a pedra fundamental do Monumento aos Bandeirantes que seria feito em Goiânia. Nas fontes analisadas não foi possível concluir se isso de fato ocorreu, mas somente a proposta em si é bastante significativa do ponto de vista simbólico.

A própria construção do Monumento ao Bandeirante de Goiânia, em 1942, demonstra essa releitura positivada do bandeirantismo. A estátua, que representa Bartolomeu Bueno da Silva, foi convenientemente colocada no entrecruzamento das Avenidas Goiás e Anhanguera, com o olhar do bandeirante justamente voltado a *Oeste*: uma clara referência à política varguista. Vale ressaltar, também, que foi o monumento um presente dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco de São Paulo, Estado cuja intelectualidade muito contribuiu e na verdade tanto pariu essa revisão do que foram as bandeiras⁵.

Mas se por um lado temos essa integração ao projeto, por outro, parece que nem todos receberam acriticamente o enredo épico de Goiânia. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, mesmo noticiando o momento festivo do Batismo Cultural, destaca a penúria do Estado, que teria sido um óbice a quase impedir a finalização das obras da nova capital:

Para os estudos preliminares e equacionamento do problema da construção de Goiânia foi mister [sic.] o recurso ao crédito interno. Coube então ao Sr. Nero de Macedo, entusiasta daquela iniciativa arrojada, mobilizar a primeira parcela do numerário destinada ao custeio das obras. Apelou apara o Presidente Vargas, e as arcas do Banco do Brasil se abriram pela concessão de crédito de 3.000 contos, isto em 10 de abril de 1933. Mas a execução de obras de envergadura era um desafio estonteante à indigência financeira do Tesouro do Grande Estado mediterrâneo, cuja receita, no exercício de 1930, atingiu, apenas, a 5.000 contos. Sem o auxílio decidido da União,

Goiânia teria sido um lindo sonho do governo e do povo de Goyaz (GOIANIA, 1942, p. 10).

A expressão “Lindo sonho do governo e do povo”, nesse contexto, não é nada lisonjeiro. Indica uma oposição clara entre a realização factual, à data do jornal, e o histórico de um estado paupérrimo, que, sozinho, provavelmente não alcançaria tal feito, findado em apenas um “sonho”. Na data da inauguração da nova capital, 5 de julho, a reportagem diretamente minimiza o papel do Estado e valoriza o do Governo Federal.

O jornal *O imparcial* do Maranhão em sua cobertura do evento também se refere à dívida de Goiás, mas de forma bem mais comedida e talvez justa do que o jornal carioca.

Esse pagamento da última (sic) prestação foi feita, no dia 10 do corrente [abril de 1942], pelo dr. José Ludovico de Almeida, Diretor da Fazenda. [...] [Pedro Ludovico] Ao receber o Governo, logo após a Revolução de 30, Goiás rendia apenas a quantia de 4.500 contos. E hoje essa renda se eleva a mais de 26 mil contos e isso porque o Chefe do Executivo goiano tem se preocupado, bastante, em ativar o aproveitamento das forças criadoras da riqueza coletiva desta Unidade da Federação (GOIAZ NADA DEVE [...], 1942, p.10).

Essa reportagem por sua vez dá a Pedro Ludovico o mérito de conseguir um significativo avanço institucional e econômico no Estado, confluindo com o discurso do próprio Governo de Goiás⁶. De qualquer modo, a análise da construção de Goiânia é ainda feita de modo personalista. Ou seja, um recurso retórico comum, presente tanto na narrativa de um “heroísmo bandeirante”, tanto na constatação de um considerável avanço institucional.

Esse personalismo, além de poder ser visto dentro uma perspectiva narrativa/histórica à época⁷, é sintomático de um contexto: a revolução que instala um regime de exceção, especificamente, o Estado Novo de Vargas (1937-45). A revolução, em seu cerne, comporta normalmente uma alta carga figurativa: Napoleão, Lenin, Che, e nesse caso, desde 30, o próprio Vargas. Nesse sentido, a literatura jornalística dos anos 30 e 40 é sobretudo propagandista. Não esquecemos que, em 1942, o país se encontrava em regime ditatorial, estando vigente uma alta censura imposta por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, uma instituição federal que tinha seus congêneres nos respectivos estados (GOMES, 2003).

A despeito das pequenas minúcias já exploradas, o fundamental para a compreensão dos discursos sobre a Inauguração de Goiânia parece se encontrar justamente no Estado Novo de Vargas. As representações da dimensão e a importância do evento são relatadas de modo diferenciado, a depender do jornal. Mas há um ponto comum em todas as leituras do Batismo Cultural: a vinculação de Goiânia à Marcha para o Oeste.

Todos os jornais encontrados que noticiaram o Batismo de Goiânia, ou em seu prelúdio ou na data-chave, citaram de alguma forma o projeto a oeste, sempre atrelado ao

⁶ A historiografia, em linhas gerais, concorda que a construção de Goiânia expandiu as fronteiras capitalistas para o interior do país, servindo como um impulso para o desenvolvimento do Estado (PALACIN, 1976; SILVA, 2001).

governo central. Alguns conceberam o evento apenas como fruto da iniciativa do Governo Central, enquanto outros, de forma mais autônoma, atribuíram ao Estado de Goiás o mérito de tal realização.

O jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, por exemplo, no dia 5 de julho, publica uma extensa entrevista com o Sr. Armando Augusto de Godoy, um dos urbanistas responsáveis pela escolha do local da nova capital (A INAUGURAÇÃO DE [...], 1942, p.9). Nesta matéria, o jornal traz um amplo retrospecto histórico da ideia mudancista, citando Miguel Lino de Moraes e Couto Magalhães, figuras políticas que já no século XIX haviam pensando em uma nova capital. Esses pequenos detalhes históricos acabam tendo um importante significado retórico. A impressão do leitor, ao terminar de ler a reportagem, é de que a construção da nova cidade foi um prodígio estadual. Vargas e sua Marcha para Oeste aparecem apenas como plano de fundo.

Por outro lado, não é o que acontece em matéria para o jornal *O Dia*, de Curitiba. No dia 9 de maio de 1942 é publicada uma notícia com a sugestiva manchete “Goiânia e’ a expressão máxima da marcha para o oeste”. Apesar de citar os eventos que se realizariam em junho em julho daquele ano, o conteúdo de certa forma minimiza os eventos históricos locais e as ações de Pedro Ludovico, destacando Goiânia como consequência da Marcha para o Oeste, como é indicado no título (GOIÂNIA E’ [...], 1942).

Essa ênfase na política de interiorização varguista destoa evidentemente da leitura do Batismo Cultural feita em Goiás. No próprio livro de Pimenta Netto (1993), a ideia de uma *Marcha para o Oeste* ou a conquista do *hinterland* brasileiro, entre outros lugares-comuns, estão presentes, mas é enfatizado que Goiânia surge antes do projeto varguista. É algo que parece tanto irrefletido de qualquer forma. Pois o grau de apropriação e penetração do projeto geopolítico governamental é de tal forma pujante, que abarca até a mesmo à autorrepresentação, se não até o próprio evento como coisa real.

Duas hipóteses interessantes surgem necessariamente da possível consequência dessa apropriação federal de um evento regional. A primeira é que seria difícil averiguar o tamanho e o alcance do Batismo uma vez que toda representação midiática fora contaminada por um projeto definido de propaganda da política federal. A segunda é que o evento, ao ser de fato apropriado pela Marcha para o Oeste, perde o seu potencial de memória: ao que não se batizava Goiânia, como iniciativa regional, mas um projeto político central. Duas ideias que serão melhor trabalhadas adiante.

O ALCANCE E A DIMENSÃO DO BATISMO CULTURAL DE GOIÂNIA

O véu das figuras de linguagem que cobrem a significância da efeméride pode obscurecer uma perspectiva crítica, mas há um aspecto objetivo para analisar a sua dimensão: a presença ou ausência de personalidades reconhecidas nacional ou internacionalmente.

De acordo com Venerando de Freitas Borges, o primeiro prefeito da capital e que esteve diretamente ligado à sua construção, o Batismo Cultural, à época, é o evento que “Condensa o testamento das mais altas expressões políticas e

⁷ É importante ressaltar que, na década de 1940, já havia possibilidades teóricas de uma análise histórica menos focada nos indivíduos e mais focada nas estruturas e conjunturas, seja por meio do marxismo ocidental (ANDERSON, 1999), seja por meio da Escola dos Annales (REIS, 2000).

culturais. Que, de todos os quadrantes da pátria, fizeram questão de prestigiar o memorável evento” (FREITAS in NETTO, 1993, p. 8). Mas o que se verifica na prática, é que, para tal afirmação ter o mínimo de veracidade, seria preciso alargar em muito o conceito de “altas expressões políticas e culturais”.

Getúlio Vargas, por exemplo, incontestavelmente a maior personalidade política nacional da época, que esteve em Goiânia em 1940, (OLIVEIRA, 1999, p. 131) não retornou em julho de 1942⁸. E o mais surpreendente: nenhum ministro de Estado ou interventores federais compareceram ao evento de inauguração. A desculpa dos “tempos de guerra”, presente, mas de qualquer forma parcamente utilizada, explicaria a ausência de Eurico Gaspar Dutra, o Ministro da Guerra, mas não, por exemplo, por que a passagem do então Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, aguardada e anunciada pelos jornais, sofre da “inesperada ausência do titular” (NETTO, 1993, p. 26).

E isso se refere a apenas uma camada das célebres ausências. O nome “Gilberto Freire”⁹, por exemplo, consta como um dos palestrantes de um do minicurso programado paralelamente ao evento (NETTO, 1993, p. 15), mas, evidentemente, acabou por ser apenas mais uma das faltas da programação. O próprio presidente do IBGE, órgão que esteve diretamente relacionado à efeméride, José Carlos de Macedo Soares, não comparece, alegando problemas de saúde, uma das únicas grandes ausências justificadas por sinal.

É claro que havia certas dificuldades de transportes para um local longínquo como Goiás. Mas essas dificuldades que afetavam o deslocamento das pessoas comuns não se aplicavam aos políticos poderosos que dispunham de transporte aéreo para chegar a Goiânia. Nesse sentido, uma outra estratégia para analisar a dimensão do Batismo, seria o compará-lo com um outro evento que aconteceu em Goiânia num período de tempo não muito distante: o 1º Congresso Nacional de Intelectuais de 1954. Para o jornalista Francisco Barros (2018), o congresso foi um grande chamariz à intelectualidade latino-americana. Entre os nomes mais ilustres dos presentes, destacam-se os de Pablo Neruda e Jorge Amado, este último já aclamado nacionalmente com seu polêmico “Capitães de Areia” (1937). Além disso, o congresso organizado majoritariamente pela intelectualidade comunista nacional, contou com a participação de políticos, escritores, músicos e artistas do Paraguai, Costa-Rica e Uruguai.

O fato de o Congresso de Intelectuais contar com nomes bem mais expressivos do que o Batismo Cultural é ainda mais surpreendente ao notar que o primeiro

⁸ Vargas a esse momento da história parece se encontrar indisponível devido a um acidente de carro sofrido nas comemorações do 1º de maio de 1942. O jornal *A noite* do Rio noticia tanto o acidente (1942, ed. 10855, 1ª página), quanto em 29 de junho, marginalmente, dá a entender que o Presidente ainda está se recuperando (In: *O colossal esforço de guerra dos estados Unidos* (manchete), ed. 10911, p. 11). O representante de Vargas em Goiânia foi o professor de Geografia e diretor do Colégio Pedro II, Fernando Antônio Raja Gabaglia (Galli, 2022, p. 79). De qualquer forma não é relatado que se esperava a sua presença. Parece improvável, também, como Dutra, no contexto de guerra mundial.

⁹ Gilberto Freire, o autor de *Casa Grande & Senzala*, iria ministrar um curso em Goiânia. Ubirajara Galli (2022, p. 35) afirmou que “Gilberto Freire, grande nome, também não veio”. Tampouco é algo encontrado nas notícias.

se tratou de um evento organizado por um grupo político marginalizado no cenário nacional — o Partido Comunista Brasileiro — enquanto o segundo foi a inauguração de uma capital Estadual que contou inclusive com uma grande colaboração/propaganda Federal.

Essa comparação, simples a princípio, na verdade é bastante exemplar. De um lado temos um evento com muita retórica e discurso, exaltado por si mesmo, assentado nas instituições de Estado, mas que parece apequenar-se quando criticado, sem corresponder a expectativa, ou o espaço de memória que almeja. De outro temos um evento escamoteado, com um tom tanto marginalizado, que, entretanto, parece superar suas expectativas, mostrando-se de amplitude até internacional.

Apesar dessa suposta fragilidade do Batismo, não foi encontrado nenhum documento contemporâneo o criticando. A princípio não é de bom tom criticar um momento de congraçamento coletivo, como a inauguração de uma cidade, mesmo que esteja umbilicalmente ligada a interesses ideológicos claros e criticáveis. Contudo, mesmo se algum jornal quisesse criticar o Batismo Cultural, isso não seria possível no ambiente de autoritarismo e censura política do Estado Novo.

Mas em tempos de censura, o silêncio e a ausência são muitas vezes as reais possibilidades de percepção. Apesar de muitos jornais terem feito uma cobertura significativa do evento, poucos o dão a mesma entonação que os registros oficiais e regionais, como, por exemplo, o registro apologético de Pimenta Netto. Para além disso, o que se mostrou mais frutífero, inclusive, não se encontra no texto, mas em análises regionais e proto-estatísticas¹⁰: a incidência relativa e o teor das notícias no total de jornais de cada federação. Nesse rumo, temos algumas impressões interessantes a serem analisadas, que possibilitam uma perspectiva ainda mais concreta do que foi o Batismo.

O INTERESSE DOS JORNAIS BRASILEIROS NO BATISMO CULTURAL

Percebeu-se que, quanto mais próximos a Goiás, maior o interesse em noticiar a Inauguração de Goiânia. Os jornais de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Paraná, por exemplo, noticiam o evento com algumas ocasionais matérias longas e em posição de destaque. Por outro lado, estados mais distantes ao sul como

¹⁰ Não se pretende fazer uma análise sumariamente estatística — o que quer dizer que não serão colhidos números e porcentagens de forma sistemática. Apesar de interessante, seria muito limitada pelas dificuldades inerentes a fonte e a sua prospecção. O que a tornaria muito parcial. Lembra-se que para o presente artigo foi usada somente a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que apesar de vasta, tem lacunas. Na verdade, é mais provável que a grande maioria dos periódicos da época tenham se perdido por completo, e, não só isso, mesmo que fosse possível alcançar uma amostra significativa, outro problema crônico seria quanto à distribuição/alcançe desses mesmos jornais. É uma perspectiva problemática de muitas maneiras.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apesar de terem significativo acervo na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, pouco se interessaram e, especificamente no caso rio grandense, sequer é noticiado o fato. Na Bahia, à nordeste, ocorre o mesmo. Em Pernambuco, com um grande acervo também disponível na Biblioteca Nacional, veem-se apenas notícias marginais¹¹.

No Paraná, o periódico *O dia* de Curitiba, por exemplo, destaca na primeira página da segunda seção da edição de 19 de abril uma matéria do seguinte título: “Obra soberba da administração dr. Pedro Ludovico” (OBRA [...], 1942, p.9). Exalta sobretudo os feitos materiais de Goiânia: Cine-teatro, Rádio Clube, Palácio das Esmeraldas. Além dele, no Estado, os periódicos *Correio do Paraná* e *Diário da Tarde* noticiam com boa amplitude o evento.

O que se verifica ao oposto na cobertura do *Diário de Pernambuco*, que, para a edição de 5 de julho de 1942, reproduz apenas uma pequena nota, retransmitida do Rio, sobre o Batismo (GRANDES [...], 1942, p. 4). O mesmo acontece com o periódico *A Notícia* de Joinville, Santa Catarina, que cede espaço apenas para uma pequena notinha, reproduzida da Agência Nacional, na edição de 4 de julho (A INAUGURAÇÃO [...], 1942, p. 3).. Já os semanais *O Momento* e *A Alvorada* de Caxias, do Rio Grande do Sul, nem sequer noticiam o fato.

Mesmo com a limitação das fontes consultadas, percebe-se que a cobertura do evento se apresenta maior de acordo com a proximidade geográfica, o que parece ser natural: afinal o que acontece na vizinhança costuma ser mais atrativo do que acontece distante. Contudo, para além da simplicidade de uma explicação baseada na “proximidade regional”, pode ser agregada uma outra explicação baseada na “proximidade cultural”. Especificamente, o interesse seria maior dos estados agregados numa dita “Cultura do Oeste”, que, como demonstra-se historicamente, pode ser também atrelada a uma dita “cultura paulista”.

O conceito de região é arbitrário e precede um juízo de valor, um processo criterioso que alicerça a limitação do espaço (BARROS, 2006). E, nesse sentido, as cinco macrorregiões definidas em 1969 pelo IBGE e usadas como referência desde então, talvez não abarquem por completo a realidade e proximidade cultural das federações, já o que guiou sua determinação, justa e deliberadamente, não foi uma perspectiva sociocultural. Mas outro tipo de regionalização, digamos mais informal porque não oficializada ou propagada didaticamente, explicaria com muito sucesso toda essa proximidade cultural que conflui com a proximidade espacial. Trata-se, especificamente, de utilizar a ideia de uma região que pode ser denominada como “Paulistânia”.

¹¹ O Norte não tem um acervo significativo para o ano e data. É citado nos *Anais* as comissões de cada Estado: é um outro ponto de partida não muito explorado. É interessante observar que o “Norte” não existia como se concebe comumente hoje dentro das 5 macrorregiões. Além de ser anacrônico, afinal a divisão só fora criada pelo IBGE em 1969, muitos estados contemporâneos sequer existiam. Amapá, Roraima, e o que viria ser o atual Rondônia, só foram criados no final de 1943.

A “Paulistânia” é um conceito geográfico desenvolvido sobretudo pelos mesmos historiadores paulistas da primeira metade do século que buscavam reviver o bandeirismo¹². Seu nome é sugestivo: na busca por uma identidade paulista, regozijaram-se na suposição de um passado dominador e glorioso, em que o bandeirismo paulista, através de seus heróis, conquista o interior do continente. Para além dessa discursividade excessivamente temporal, oriunda mais de um projeto político e com ares de dominação, existe certa verdade. Não no que diz respeito ao revisionismo histórico, o mito bandeirante glorificado, mas, sim, na existência de fato de uma zona de influência do processo histórico das bandeiras.

O que aproxima culturalmente, até hoje, cidades tão remotas como Ribeirão Preto (SP), Cascavel (PR), Porangatu (GO), Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT), senão justamente essa gênese comum? Gênese e regionalização que melhor pode ser definida, em termos estéticos e nos dias de hoje, como o espaço tradicional da *cultura caipira*. Com sua carga de culpa e sangue, o bandeirismo é de fato o embrião da cultura caipira do Planalto Central. Essa culturalidade próxima, para além da imediata força de fronteira, seria uma primeira explicação do porquê de o Batismo de Goiânia ser mais noticiado nessa região. Imbricaria, também, toda a retórica realçada anteriormente: o traslado dos restos mortais de Hermano Ribeiro, a evocação de Pedro Ludovico como o “terceiro anhanguera”, a construção do monumento do Bandeirante.

O Rio de Janeiro, entretanto, é uma exceção, já que, apesar da relativa distância com a “cultura do Oeste”, os jornais fluminenses fizeram uma ampla cobertura do Batismo Cultural. Eles publicaram entrevistas com Pedro Ludovico¹³; dedicaram páginas inteiras ao 5 de Julho e enviaram correspondentes a Goiânia. Mas nesse caso a explicação é simples: trata-se fundamentalmente de exaltar Vargas, por meio da Marcha para o Oeste. Isso é muito revelador. A hipótese que a proximidade regional com o Estado ou com uma cultura interiorana justificasse a cobertura é interessante a primeiro momento e explica muita coisa, mas ela requer complementação. A principal chave para se entender a amplitude da cobertura da Inauguração de Goiânia é, na verdade, a *proximidade com o projeto de Marcha para o Oeste*.

E aqui, percebe-se claramente essa dimensão na reprodução e representação externa da efeméride goiana. A construção de Goiânia foi apropriada pela retórica governamental da Marcha para o Oeste, e interessou, naturalmente, aqueles que mais se viam atores desse mesmo projeto. Afinal, eram homens de um determinado tempo, com ideias e seu horizonte de expectativa encerrado no mesmo.

¹² Geralmente se propõe que Alfredo Ellis Jr. tenha trabalhado o termo inicialmente. Joaquim Ribeiro é outro autor paulista à época que se utiliza do conceito.

¹³ De acordo com Venerando de Freitas Borges, em novembro de 1932 o interventor conversa com o *Diário da Noite* (RJ). (BORGES In TELES, 2012, p. 252).

O CONTEÚDO E A IMPORTÂNCIA DAS NOTÍCIAS SOBRE O BATISMO CULTURAL

Outro ponto interessante e que demonstra essa subjetivação interpretativa está na seletividade quanto ao que seria “o essencial do evento”. O Batismo na verdade é um aglutinado complexo de eventos intrincados. São quatro ao todo: o VIII Congresso Nacional de Educação, que ocorreu de 19 a 27 de junho, precedendo a semana de festas do evento em si; as exposições, que são duas: a nacional de educação, cartografia e estatística, e a regional de produtos econômicos, que começaria no dia 25 de junho e acabaria na primeira metade julho¹⁴; a Semana Ruralista, que aconteceu entre 27 de junho e 3 de julho; e as Assembleias dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, que duraram do dia 1º a 10 de Julho.

Todos estes eventos organizados pelo recém-nascido Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, fundado em 1937. Eventos que como um todo formavam o conjunto do que seria o *Batismo*, e que, entretanto, também não o eram: a inauguração em si é feita em 5 de julho, em sessão solene no Cine Teatro, após Missa Campal, e que ocorria como ponto excepcional e centralizador de todos os outros cronogramas.

Essa complexidade interna é exemplar de como o evento fora recebido de forma diferente país a fora. Pois percebe-se que, em sua integridade, raramente foi relatado. Talvez justamente o *Batismo* enquanto, digamos, “Goiânia”, num entendimento que se trata da efeméride que funda uma capital, seja justamente o menos percebido exteriormente. O jornal *Correio Paulistano*¹⁵, por exemplo, no dia 20 de janeiro de 1942, publica, na sessão *Notícias do Interior*, a primeira notícia que se refere diretamente ao evento: “*O batismo cultural de Goiânia*”. Seu conteúdo e tom entretanto é curioso:

RIO, 19 (Da nossa sucursal — Via Vasp) — O presidente do I.B.G.E embaixador José Carlos de Macedo Soares, comunicou aos Ministros dos Estados, chefe dos governos regionais, presidentes de órgãos para-estaduais e autárquicos que aquela instituição, com o apoio do Governo de Goiás e a colaboração de instituições culturais de maior prestígio, vem encaminhando as providências que lhe cabem no sentido de assegurar o êxito [sic.] a todas as realizações e iniciativa que assinalarão o batismo cultural de Goiânia, a verificar-se em *junho* [grifo nosso] próximo. [...] (O BATISMO [...], 1942, p. 4).

Além do erro relativamente comum na amostra analisada, de noticiar a data em junho, o conteúdo da primeira notícia direta da efeméride regional é no mínimo

¹⁴ Não se pode definir ao certo quando estas exposições foram encerradas. A exposição de produtos regionais provavelmente foi mais curta, afinal acabou também por abarcar encenações, representações da cultura regional “teatrais”. Já a de cartografia crê-se que durou, acampada na escola politécnica, até o último toque festivos.

¹⁵ O jornal *Correio Paulistano*, na década de 1940, pode ser considerado um jornal de médio a grande porte. Considera-se assim pelo número de páginas/ folhas que tem em uma edição. São de 8 a 12 folhas diárias. Um jornal diário, digamos, “menor” têm comumente apenas 4 folhas. Os

estranho se comparado as projeções ufanistas goianas. Não é Goiânia que se apresenta ao Brasil. É o presidente do IBGE que a “comunica” à nação. Isso porque entende-se que a pequena nota na verdade não noticia Goiânia. Esta já existe como cidade funcional a um relativo tempo, não há nada de muito novo em sua existência. Noticia-se antes as assembleias de geografia e estatística que povoariam aquela capital, isto sim um evento excepcional.

Se não basta esse exemplo, no mesmo jornal ocorre algo ainda mais peculiar. Antes dessa primeira nota, no dia 13 de janeiro, na sessão *Notas e comentários*, o *Correio Paulistano* publica a seguinte nota: “VIII congresso brasileiro de educação”. A notícia como um todo não vale a pena aqui ser reproduzida, mas de forma intrigante acaba por não citar o termo *Batismo* (VIII CONGRESSO, 1942, p. 5). O que demonstra, mais uma vez que a essência do evento talvez não tivesse diretamente na cidade, mas sim nos aparatos satélites ao qual o 5 de julho foi ligado. O *Correio Paulistano* no ano de 1942 demonstra inclusive muito mais preocupação com as exposições e o congresso de educação do que exaltar o empreendimento do governo e de Pedro Ludovico.

Não é um caso isolado de qualquer forma. O diário *O imparcial* do Maranhão, também noticia mais o Congresso de Educação *em si* do que o *Batismo*. O Diário Oficial *O Estado de Mato Grosso* faz o mesmo. Na verdade, é uma tendência geral que se fortalece sobretudo na cobertura prévia do evento¹⁶. Um processo de “atomização” dos núcleos do evento e que desvaloriza o seu papel como efeméride comemorativa.

O Congresso de Educação é muito esclarecedor nesse sentido. Pimenta Netto, fazendo os *anais* do evento, utiliza apenas quatro páginas para elucidá-lo (NETTO, 1993, p. 27-31). Mas por que o Congresso geraria tanto interesse fora do Estado? Uma coisa que se verificou, pra além dos exemplos acima, é que como um todo, os periódicos anunciaram e até cobriram de forma significativa o Congresso. Claro, vale ressaltar que toda essa perspectiva dentro da região de interesse já enunciada primeiramente — os estados integrantes de uma cultura do oeste. Recorte esse que está diretamente ligado a possível explicação.

A pauta central do VIII Congresso de educação Brasileira foi a educação rural. No início da década de 40, uma das estratégias do Governo do Estado Novo para realizar o que nominou como Marcha para o Oeste foi o estabelecimento de colônias agrícolas (colônias de trabalho e cooperação econômica) no interior do país. A primeira foi em Goiás, em 1941, dirigida por Bernardo Sayão e que corresponde ao atual município de Ceres. Essa realidade agrária não é limitada apenas ao Estado de Goiás. Para além da preocupação econômica, uma outra

maiores têm até 20 ou mais, como o *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro. A periodicidade (semanal ou diário) e a o tamanho (quantidade de folhas) foram os critérios de definição aqui empregados. Isso entretanto não implica em “popularidade”, que seria um outro critério mais subjetivo e difícil de definição.

¹⁶ Os jornais do Rio, curiosamente, aparentam menor força desse “atomismo”. Por outro lado, repercutem mais Vargas e seu projeto em Goiás, do que Goiás como meritória.

preocupação da Era Vargas (1930-1945) foi para com a educação: foram utilizadas novas perspectivas pedagógicas, estabeleceu-se uma política criação de escola técnicas, e, sobretudo, buscou-se a consolidação do ensino público (PALMA FILHO, 2010; BITTAR, 2012). Falar, então, de educação rural unia duas perspectivas muito caras as administrações em suas variadas esferas: a instrução civil pública e a preocupação com a economia agrária.

Isso considerando que, para além da centralidade temporal da questão, é uma necessidade urgente dos estados que compartilhavam de uma cultura interiorana. Justamente aqueles que mais noticiaram o Batismo por, como já elucidado, trataram-se também de atores da Marcha para o Oeste. Ou seja, se a notícia do congresso interessou grande parte dos periódicos é por que o tema de educação rural era muito conveniente à realidade agrária que cada federação desta dita região da “cultura caipira” compartilhava. Se se exalta, por um lado, a cultura caipira, é como mito; na prática, o Estado Novo getulista era um meteoro modernizante que, antes do caipira de cócoras, preferiria a cinza das indústrias.

Portanto, até mesmo o que mais parece imutável no Batismo, bem dizer, seu conteúdo, foi percebido de diferentes formas por diferentes posições. Existe uma seletividade, mesmo que não proposital, de seu conteúdo. Desde janeiro de 1942, uma quantidade significativa de jornais de várias unidades da federação divulgou algum tipo de notícia sobre o Batismo Cultural de Goiânia, mas quase sempre uma nota parcial que recorta um aspecto específico, e que assim pode ser subjetivado.

Resta então saber se nestas notícias o evento aparecia como algo importante, ou apenas como um evento trivial.

O caso já citado do *Correio Paulistano*, nesse sentido, é bem elucidativo. Entrelinhas, as sessões *Notícias do Interior* e *Notas e comentários* não são as mais importantes do jornal. Tampouco o conteúdo, apesar de enunciar o evento, não o exalta como algo de excepcional importância. O que se repete em outros periódicos, seja evidenciado pelo aparecimento da notícia em sessões marginais; seja evidenciado pelo espaço dado a estas. Inclusive, a grande maioria de notícias aqui citadas é apenas notas, que figuram com o mesmo destaque que casos criminais pequenos, notícias de menor importância regional e matérias diversas com o tema desde saúde a esporte.

A amostra aqui analisada talvez seja insuficiente para decretar fatalmente algo. *O Correio de Uberlândia*, por exemplo, faz uma cobertura muito significativa da efeméride goiana, com muitas matérias e páginas em destaque. Mas é um caso excepcional, explicado antes pelo entrelaçamento histórico entre a cidade e o Estado fronteiriço¹⁷ e pela figura de *José Bittencourt*¹⁸, o articulista que assina as

¹⁷ O triângulo mineiro, região que se insere a cidade e que abarca o espaço a oeste de Minas entre o Rio Paranaíba e Grande, pertencia até 1816 ao estado de Goiás, conforme alvará de 04 de abril de 1816.

¹⁸ Sobre o Batismo: edição 856 de 29 de janeiro de 1942, “Um nome do dia” [Pedro Ludovico]; e edição 867 de 19 de fevereiro, com o título “Goiania — Símbolo vivo da Marcha para o Oeste”.

principais matérias sobre evento e está fortemente ligado a política de Goiás. Desse modo, como se trata de uma exceção relativamente fácil de se explicar, ao oposto do que parece indicar, talvez justamente confirme a regra.

Nos demais casos, a publicação sobre a Inauguração de Goiânia não ocupa uma posição de destaque. O Batismo foi noticiado como algo corriqueiro, cuja excepcionalidade de se inaugurar uma nova cidade planejada não parece ter impressionado os editores. Mesmo sendo conectado a Marcha para o Oeste, não foi muito valorizado no ambiente da complexa realidade brasileira da década de 40.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Halbwachs (1990, P. 26), em sua obra *A memória Coletiva*, defende que “na verdade, nunca estamos sós”. O que diz em tal aforismo, um tanto poético, é na verdade bastante significativo em termos analíticos. Como bom sociólogo durkheimiano, o seu objetivo é defender a memória enquanto fato social. Isso significa que, por não estarmos só, lembramos enquanto um grupo, uma *consciência coletiva*. E essa seria possivelmente a mais simples, direta e satisfatória explicação do que se trata a memória coletiva.

Mas a história confunde-se com a memória coletiva? Bem, depende muito do entendimento do que seria “história”. Se se trata da história como disciplina acadêmica, praticada pela figura estranha do historiador profissional; não. Na verdade, “não é a história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p.60). O sociólogo francês vê como distintas a História e a memória coletiva, mas há uma outra resposta possível.

Para se aproximar da memória, o conceito de história precisa ser analisado para além de sua construção acadêmica. Um alargamento que se adequaria a todo seu real contorno semântico — afinal, quando se fala de “história”, cotidianamente, se refere a algo bem menos limitado e certo que uma História com aga maiúsculo. É o que faz por exemplo Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi no ensaio *O Historiador e o Falsário*:

Antes de uma disciplina científica e universitária, a história é uma narrativa sobre o tempo e sobre a experiência humana do tempo. Ela não é monopólio de uma categoria, tampouco necessita, *para existir enquanto narrativa*, do cumprimento dos protocolos disciplinares que regem a prática científica. Afinal, a história enquanto tal é atravessada por múltiplos discursos que vão desde a literatura até o jornalismo, passando por campos como o direito, a educação, a teologia, a filosofia e, por que não, o mundo dos falsários. (BAUER E NICOLAZZI, 2016, p. 819)

José Luís Bittencourt era *advogado e político de formação goiana, que além de ter sido vereador por Goiânia, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário da Educação no início do período militar, Vice-Governador de Irapuan da Costa Jr. durante o regime Geisel (1974-1979) e membro da Associação Goiânia de Imprensa.*

Nessa concepção não se restringe os aspectos epistemológicos da história visada como ciência, pensando-a, pelo oposto, a partir do seu impacto cultural e social, e sobretudo, da sua relativa autonomia existencial “*enquanto narrativa*”, discurso. A sua função assim não é meramente determinar a “veracidade” de um acontecimento ou, como a outra opção, de simplesmente perpetuá-lo na memória. A experiência histórica é vista como um complexo campo de embates e experiências que não pode meramente ficar restrita aos aspectos científicos ou memorialísticos.

Essas considerações são úteis para a compreensão do Batismo Cultural de Goiânia. O presente artigo o buscou criticamente, dentro sim da disciplina acadêmica, como ciência, mas tal análise não esgotaria seu significado. Desconstruir os mitos entranhados na representação, demonstrar uma retórica intrínseca e uma nova possibilidade de análise *do que foi*, não anula o fato de que pôde constituir um elemento importante para a experiência — a memória — de Goiânia. Ou seja, a conclusão de que o evento foi uma iniciativa apropriada pela Marcha para o Oeste e pelo recém fundado IBGE é importante para a historiografia mas não interfere *por si só* na “história”, no sentido amplo desenvolvido, do Batismo Cultural. Como o oposto: a memória não criticizada também não esgotaria a análise

A crítica, inclusive, seria nesse caso em especial, muito conveniente à perspectiva de memória. A memória coletiva é sobretudo uma memória popular. Ela se perpetua por meio de mitos, histórias, monumentos, anedotas, rituais etc. E um evento governamental, com chavões propagandistas em um regime de exceção, com mais retórica do que efetividade, não é muito fértil nesse aspecto. Nesse sentido, a crítica muito contribui, não no sentido causal, mas no sentido de uma reconciliação das ambiguidades que cerceiam a representação do evento.

Através disso pode-se explicar o porquê de Pimenta Netto (1993, p. 5) reclamar uma “tristeza pelo esquecimento de outra data”. O 24 de Outubro, data que ficou oficializada como aniversário de Goiânia é sim uma iniciativa também governamental, que fundava artificialmente uma memória. Mas era, todavia, digamos que “algo de Goiás”. A Pedra Fundamental lançada em 24 de outubro de 1933 é símbolo da ideia mudancista que penetrou por muitas décadas o Estado. Além do mais, a ela está agregada o peso simbólico de ser o dia da vitória da Revolução de 1930, que se fez também em perspectiva regional, e o peso político de ser um dia posterior ao aniversário de Pedro Ludovico Teixeira. É, pois, muita significação encerrada numa só data, e que implica, antes de tudo, algo de dentro para fora, do que algo de fora para dentro — de *Goiás para o Brasil*, do que do *Brasil para Goiás*.

O Batismo Cultural, por sua vez, tenta impor-se como a efeméride mais importante de Goiânia, mas não consegue pois Goiânia já existia há mais de nove anos. O que restou de saldo foi uma forma de encontro geográfico, ufanista, que falava antes do Governo Federal do que a própria região.

Talvez se visto por de trás das cortinas propagandistas, o Batismo possa ser compreendido como memória. Os *flamboyants* trazidos de longe para arborizar as ruas de Goiânia, preparando-a para a festa de inauguração; o imponente Cineteatro Goiânia; o vistoso Monumento ao Bandeirante; a Revista Oeste como aglutinadora de intelectuais importantes. Tudo isso foi a herança material e imaterial do Batismo Cultural e são potentes marcos de memória de Goiânia. Lembrado ou não, o Batismo Cultural deixou suas marcas na história da cidade e possibilita uma porta de entrada para os historiadores e demais curiosos a entender as injunções políticas, culturais e ideológicas de Goiânia e do Brasil na década de 1940.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ANHEZINI, Karina. **Entre “rios da Dúvida” e contínuas entradas: a construção do tema das bandeiras por Afonso Taunay**. In: ROIZ, Diogo da Silva; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia Regina. (Orgs.). **Os Bandeirantes e a Historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos**. 1ed. Serra, ES: Milfontes, 2018. p. 147-169.

A INAUGURAÇÃO DE Goiânia. Dário de Notícias, Rio de Janeiro, ano 20, n. 6011, p. 9, 5 jul. 1942

A INAUGURAÇÃO oficial de Goiania. A notícia, Joinville, ano 21, n. 3809, p. 3, 4 jul. 1942.

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. **O Historiador e o Falsário**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

BARROS, José D’assunção. **História, espaço e tempo: interações necessárias**. Varia História, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-475, jan./dez. 2006.

BITTAR, Marisa. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Acta Scientiarum Education, v. 34, n. 2, ago. 2012. p. 157-168

BORGES, Venerando de Freitas. **Venerando de Freitas Borges (perfil)**. In TELES, José Mendonça (org.). **Memórias Goianienses. Goiânia**: Universidade Católica de Goiás, 1986. p. 247-258.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

CORRÊA, D. Aquino. **Oração Gratulatória**. In NETTO, Pimenta. **Anais do Batismo Cultural de Goiânia**: 1942. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1993. p. 33-36.

GALLI, Ubirajara. **História do Batismo Cultural de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2022.

GOIANIA E’ a expressão maxima da marcha para o oeste. O dia, Curitiba (PR), ano 19, n. 5754, p. 7, 9 mai. 1942.

GOIANIA. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 51, n. 156, p. 25, 5 jul. 1942.

GOIAZ nada deve ao Banco do Brasil. O Imparcial, São Luiz do Maranhão, ano 17, p. 10, 30 abr. 1942.

GOMES, Ângela de Castro. **Propaganda Política, Construção do Tempo e Mito Vargas: Calendário de 1940.** In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: Simpósio Cultura e Política nas Américas, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_ff745cf5b3c7480395cd4f12368072ea.pdf

GRANDES solenidades serão realizadas. Diário de Pernambuco, Recife, ano 117, n. 155, p. 4, 5 jul. 1942.

LEMES, Fernando Lobo (Coord.). Para além das gerais. Dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa Bahia, Goiás e Mato Grosso. Goiânia: PUC Go, 2015. p. 169-218.

NETTO, Pimenta. **Anais do Batismo Cultural de Goiânia: 1942.** Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida.** Tradução de André Luís Mota Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017

OBRA soberba da administração dr. Pedro Ludovico. O dia, Curitiba (PR), ano 19, n. 5738, p. 9, 19 abr. 1942

O BATISMO cultural de Goiania. Correio Paulistano, São Paulo, ano 88, n. 26341, p. 4, 20 jan. 1942.

PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1976.

PALMA FILHO, J. C. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: A Era Vargas.** Acervo digital Unesp, [s.l.], [s.v.], [s.n.], 19 p. mai. 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/107>.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em História.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

SOUZA, Rildo Bento de. **“A História não perdoa os fracós”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira.** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

UMA HOMENAGEM à memória do escritor patricio Hermano Ribeiro. Correio de Uberlândia, Uberlândia, ano V, n. 902, p. 3, 18 abr. 1942.

VIII CONGRESSO Brasileiro de Educação. Correio Paulistano, São Paulo, ano 88, n. 26355, p. 5, 13 jan. 1942.





anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

Laila Beatriz da Rocha Loddi Título:
Título: Grande Hotel I
Técnica: Dobradura sobre fotografia
Dimensões: 45x55x5 cm
Data: 2023